FUNDAÇÃO LUSO

EM NOME DA ÁGUA

RELATÓRIO E CONTAS

2016

Sede: Rua Emídio Navarro, nº 156 - Luso

3050 224 LUSO

Capital Social 25 000 Euros

N.I.F 508 100 518

Relatório de Gestão - Exercício de 2016

1. Enquadramento

A atividade da Fundação Luso está integrada na Política de Responsabilidade Corporativa da Sociedade da Água de Luso S.A. e da Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A..

A Fundação Luso é a primeira Fundação em Portugal que associa as competências de uma Empresa, aos interesses da região onde se encontram os recursos indispensáveis à sua atividade económica.

Tem como missão contribuir para o progresso do conhecimento e da informação relacionados com a água e a saúde humana, para a preservação do património hídrico e natural de Luso, bem como para o desenvolvimento sustentável da Comunidade desta região

Áreas de Atuação

Focada no elemento Água, a estratégia de atuação da Fundação Luso assenta em três pilares:

Ambiente

– Proteção e valorização da origem da nascente da água mineral natural de Luso.

Saúde

– Promoção de estilos de vida saudáveis, estímulo da investigação e a partilha de conhecimentos sobre os benefícios da água para a saúde.

Comunidade

– Promoção do desenvolvimento económico da comunidade e a valorização do património natural e cultural da região de Luso.

2. Atividade

O ano de 2016 caracterizou-se por uma relevante e extensa lista de ações, sendo de destacar os seguintes acontecimentos nas três áreas de atuação da Fundação:

Área Ambiente

- Continuidade da parceria pioneira estabelecida pela Fundação Luso e pela Quercus (2014 a 2016) para preservar o património hídrico e natural de Luso. A Fundação Luso e a Quercus estabeleceram uma parceria pioneira e inovadora, que desenvolveu diversas iniciativas de apoio e conservação da natureza e da biodiversidade, com o objetivo de contribuir para o futuro da preservação do património hídrico e natural do Luso, onde nasce a Água de Luso, bem como para o desenvolvimento sustentável da Região. Ambas as entidades assumiram o compromisso de desenvolver diversas ações de valorização dos serviços dos ecossistemas na Serra do Bussaco, através da implementação de ações de florestação no perímetro de proteção do aquífero da Água de Luso.

No âmbito do protocolo da Fundação Luso com a Quercus, ficou estabelecido intervir em 24 hectares durante três épocas (de 2014 a 2016), ou seja em média, 8 hectares por ano, no sentido de plantar e /ou cuidar num total de 24.000 árvores e arbustos autóctones no Perímetro Florestal da Serra do Bussaco.

Em 2016 realizou-se mais uma importante ação de valorização do ecossistema da Serra do Bussaco, mediante a plantação de 2.500 árvores e arbustos autóctones no perímetro de proteção do Aquífero da Água de Luso.

Cumpridos os três anos de Protocolo, o objetivo foi ultrapassado tendo sido plantadas no total 29.215 árvores e arbustos autóctones, na Serra do Buçaco. Assim, a Fundação recebeu em 2016 o selo ambiental "Reflorestação do Bussaco", criado pela Quercus, com o objetivo de assinalar a parceria, estabelecida entre as duas entidades, em dezembro 2013.

O selo ambiental "Reflorestação do Bussaco" surge no âmbito da convergência das missões das duas entidades que se unem num pilar comum: a conservação do ecossistema da Serra do Bussaco e do património hídrico e natural do Luso, onde nasce a Água de Luso. Aumentar o interesse da sociedade civil pela proteção do ambiente, bem como contribuir para iniciativas de conservação da biodiversidade são mais dois objetivos que a Fundação Luso e a Quercus se propõem alcançar com este projeto.

A Quercus e a Fundação Luso, em 2016, também desenvolveram ações de sensibilização sobre a preservação do meio Ambiente com os alunos da EB1 do Luso, no dia mundial do Ambiente.

- No Dia Mundial da Árvore, 21 de março de 2016, o Centro Escolar do Luso, com o apoio da Fundação Luso, realizou uma ação de plantação de árvores e arbustos na serra do Bussaco.
Foram plantadas várias espécies entre as quais: Medronheiro, Cerejeira, Freixo, Azevinho, Loureiro, Azereiro, Carvalho-negral, Sobreiro, Azevinho, Sabugueiro Carvalho-alvarinho, Borrazeira-preta, Tramazeira e Folhado.

- No Dia Mundial da Água, 22 de março de 2016, a Fundação Luso promoveu uma iniciativa no Centro Escolar do Luso junto dos alunos, professores e auxiliares totalizando 120 pessoas. Os alunos foram desafiados a refletir sobre alguns temas "A importância da Água na vida de cada um de Nós, na Natureza e no Planeta. Sem Água não haveria vida no nosso planeta, por isso a Água é um bem natural que deve ser preservado; "Cerca de 70% do nosso corpo é Água" e "O equilíbrio e o futuro do nosso

Planeta dependem da preservação da Água, do seu uso racional e responsável de cada um de nós". No final de cada sessão, foi oferecido a cada pessoa um marcador de livro com algumas curiosidades sobre a Água e uma garrafa de Água de Luso.

- No âmbito da 26ª edição da Expofacic e no dia que dedicaram ao Ambiente, a Sociedade da Água de Luso, S.A. e a Fundação Luso associaram-se a esta efeméride realizando uma visita guiada à SAL e Casino, que contou com a participação de várias entidades organizadoras, a Câmara de Cantanhede e a INOVA – empresa de desenvolvimento económico e social de Cantanhede. Foram partilhadas várias experiências sobre a utilização eficiente da Água, enquanto recurso natural, tendo como objetivo comum, melhorar o Ambiente em que vivemos.

Área Saúde

- 6ª Edição do Prémio " Água é Vida - Fundação Luso & Revista Saber Viver " - Estima-se que 20% dos portugueses bebe água a contragosto e que o consumo diário, está abaixo dos dois litros indicados pela Autoridade Europeia de Segurança Alimentar. A Água é um elemento Vital e a maioria dos portugueses não bebe água em quantidade suficiente.

Para mudar este cenário, a Fundação Luso criou em 2011 o Prémio Água é Vida apresentar uma ideia que promova bons hábitos de hidratação. Após o período de candidaturas que decorreu de março a 31 de agosto 2016, e após a análise das 54 candidaturas, foram selecionadas 8 candidaturas finalistas, que foram avaliadas por um júri constituído pela Fundação Luso, pelo Marketing da Água de Luso, pela Revista Saber Viver e por uma nutricionista. Foi deliberado atribuir o prémio a duas candidaturas que se destacavam pela sua originalidade e viabilidade e se complementavam.

Assim, o Prémio "Água é Vida" 2016 foi atribuído a Maria José Araújo Ferreira Santos Novais e José Paulo Ventura Próspero.

-"A primeira visa a criação de um dístico/ autocolante com o símbolo de uma garrafa de água, para afixar nos transportes públicos, à semelhança dos existentes de " não

fumadores "ou "acesso a deficientes", "Wi-Fi", entre outros. Milhares de pessoas utilizam os transportes públicos e ao verem este dístico seriam relembrados da necessidade de transportarem sempre consigo uma garrafa de Água e dos benefícios para a Saúde da ingestão diária de Água."

-A segunda propõe "espalhar cartazes por Portugal com um benefício diferente em cada um dos cartazes. Por exemplo a Água ajuda a absorver nutrientes, melhora o sistema imunitário", entre outros benefícios a divulgar nos cartazes

- A Universidade Sénior CADES e a Fundação Luso promoveram a conferência sobre Estimulação Cognitiva num Envelhecimento Saudável.

A Conferencia foi proferida pela Psicóloga, Dra. Sara Fonseca, teve grande afluência e foi muito participada e esclarecedora para o público presente.

- Publicação de artigos sobre a Água - na Revista Saber Viver foram publicados alguns artigos sobre a importância da Água na nossa alimentação e nos hábitos diários de cada um de nós.

Área Comunidade

- 8ª Edição do Prémio de Empreendedorismo 2016 - A Fundação Luso lançou, em 2009, o Prémio de Empreendedorismo, que tem como objetivo, premiar projetos empreendedores e inovadores, já implementados na freguesia do Luso e potenciadores do desenvolvimento económico desta região.

Este projeto é subordinado às áreas de agricultura, comércio, indústria, serviços e turismo com um prémio no valor de € 5.000,00.

Os vencedores em 2016 foram, a Rosa Biscoito com o projeto de exploração e renovação do espaço " Café do Casino " recebeu o prémio de € 3.500 e o Clube Luso Clássicos pelo dinamismo na organização de eventos motorizados, com realce para a " Rampa Luso Bussaco " que atrai milhares de visitantes à Vila de Luso recebeu o prémio de € 1.500.

- Exposição no Casino de Luso de 28 de julho a 15 de outubro de 2016 em parceria com a Fundação Mata do Bussaco subordinada ao tema "A Influência dos Carmelitas Descalços na Construção da Mata do Bussaco". Esta exposição teve como objetivo dar a conhecer a importância que os Carmelitas Descalços tiveram na plantação e edificação da Mata do Bussaco e o contributo singular na criação de um legado patrimonial único de que todos hoje podemos usufruir. Um património histórico que se reflete através de inúmeras edificações que transportam os visitantes para um espaço excecional, místico e espiritual desta Ordem Religiosa.

A associação da Fundação Luso a esta exposição insere-se no foco da proteção, promoção e valorização do património hídrico natural, cultural e arquitetónico da região do Luso.

Daí o registo importante e patente nesta Exposição que é a ligação à ÁGUA, evidenciando-se a boa gestão deste recurso natural e que levou à construção das sete monumentais fontes, distribuídas pela Mata Nacional do Bussaco.

Devido ao sucesso e grande afluência de visitantes a esta exposição, a Fundação Luso decidiu prolongar o prazo até 30 de novembro, totalizando cerca de 50.000 visitantes à Exposição no Casino.

Dada importância desta Exposição para a Comunidade e Stakeholders, a Fundação Luso ofereceu a exposição à Fundação Mata do Bussaco, para ser colocada em exposição permanente no Convento de Santa Cruz no Bussaco.

- Voluntariado SAL e Júnior Achievement Portugal (J.A.P.) No âmbito do Programa de Responsabilidade Social Corporativa e em parceria com a JAP, a Fundação Luso deu continuidade à sua colaboração com a comunidade escolar do Concelho da Mealhada, através do programa de voluntariado " Aprender a Empreender ", com os temas "A Família e Comunidade ".

Este foi o 4º ano consecutivo que sete voluntários da SAL se associaram a este projeto," Aprender a Empreender " que é muito desafiador, tanto para os jovens futuros cidadãos, como para os voluntários que "emprestam "os seus conhecimentos e experiência a este programa.

Este Programa de Empreendedorismo realizou-se nas Escolas do Concelho da Mealhada, durante o 3º período escolar, nas escolas da Pampilhosa e Luso, abrangendo um total de 180 alunos. Da evolução dos alunos, desde a primeira à última sessão, as respostas às questões colocadas, melhoraram 4% em relação ao ano anterior, o que comprova o bom trabalho desenvolvido pelos colaboradores voluntários junto dos alunos.

- Foram promovidas Visitas guiadas ao Núcleo Museológico no Casino e à Unidade de Engarrafamento da Água de Luso na Vacariça. As visitas guiadas totalizaram 5.142 visitantes em 2016, com realce para Escolas do Ensino Básico e Secundário.

- A Fundação Luso associou-se ao Projeto Abrigo da CAIS, apoiando o Campeonato Nacional e Mundial de Futebol de Rua.
O Futebol de Rua comunga do espírito de convivialidade e é fator agregador e inclusivo, aliando a prática desportiva, a uma estratégia de intervenção social, no combate à pobreza e exclusão e intervenção junto dos mais jovens.

- A Fundação Luso apoiou o Festival das Artes que decorreu de 16 a 28 de julho de 2016 na Quinta das Lágrimas em Coimbra. Este Festival é considerado como um dos momentos de excelência no panorama cultural português, pois reúne ciclos de Música, Gastronomia, Artes Plásticas, Conferencias, Cinema e Teatro.

- A Fundação Luso apoiou o ciclo de concertos da Fundação Mata do Bussaco. Durante o ano de 2016, de junho a novembro, no Convento de Sta. Cruz do Bussaco, a Fundação Luso, apoiou um ciclo de concertos "Sons do Bussaco -Músicas do Mundo", que trouxe artistas de cinco países a este espaço histórico da Mata do Bussaco, que é candidata a Património Mundial da UNESCO.
Este "ciclo dos Sons", juntou prestigiados artistas do continente americano, africano e europeu e sempre muito apreciados pelo público.

- A Fundação Luso apoiou Seminário de Apicultura no Casino de Luso, disponibilizou as Instalações do para eventos culturais no Luso no período de verão de julho a setembro de 2016 e deu apoio monetário para as decorações de Natal da Vila de Luso.

3. Rendimentos e Gastos do exercício

Para o desenvolvimento da sua atividade a Fundação teve como principal fonte de rendimentos, os donativos efetuados pela SAL - Sociedade da Água de Luso, S.A. à Fundação Luso, que em 2016 representaram 48.000 euros.

A atividade da Fundação Luso em 2016, conforme o descrito acima, foi profícua e ampla. A Fundação não tem colaboradores afetos à sua atividade, e assim não apresenta valores na rubrica Gastos com Pessoal. Os principais Gastos prendem-se com as rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Gastos – Donativos e Prémios atribuídos.

4. Perspetivas para 2017

O Plano de ação para 2017 da Fundação Luso consiste na realização de diversas iniciativas, de janeiro a dezembro, que pretendem responder à Missão de Fundação: contribuir para o progresso do conhecimento e da informação relacionados com a água e a saúde humana, bem como para o desenvolvimento sustentável da comunidade desta região. A Fundação continuará focada no elemento Água, a sua estratégia de atuação assenta em três vertentes que orientam a sua ação, a saúde, ambiente e comunidade.

Neste enquadramento queremos destacar as principais ações para 2017:

- Parceria Fundação Luso, Fundação Mata do Bussaco e Quercus com a implementação de ações conjuntas ao longo do ano de 2017, para a preservação e valorização natural do Património Hídrico e Cultural da Serra / Mata do Bussaco.

- Ação de Voluntariado 2017 será no âmbito das retanchas, ou seja, substituição de árvores mortas e controlo de vegetação herbácea e arbustiva nas áreas contíguas às intervenções realizadas.

Para além das ações de retancha, iremos realizar atividades de limpeza e plantações na Mata do Buçaco, com os colaboradores da SAL, Quercus, Fundação Mata do Bussaco e Stakeholders locais.

- A 9ª edição do Prémio de Empreendedorismo.
- A 7ª edição do Prémio " Água é Vida " – Saber Viver & Fundação Luso.
- Apoiar a 9ª edição do Festival das Artes em Coimbra, sob o tema "Metamorfoses" em 2017.
- Apoiar a comunidade local (Junta de Freguesia de Luso, Instituições de Solidariedade Social, Associação Acqua Cristalina e Dias do Avesso).
- Lançamento do concurso "Água é Vida" de abril a agosto de 2017.
- Apoiar e promover a 2ª Conferência Internacional Multidisciplinar sobre Águas Minerais Naturais, a realizar pela primeira vez em Portugal e na Vila de Luso, de 26 a 31 de março de 2017.

5. Proposta de aplicação de Resultados

De acordo com a legislação em vigor, o Resultado Líquido do período, depois da estimativa para impostos, foi positivo em 12.762,24 Euros, e deve ter a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados.... 12.762,24 Euros.

Luso, 1 de março de 2017.

O Conselho de Administração

Nuno Francisco Ribeiro Pinto de Magalhães
(Presidente)

João António de Almeida Frias Teixeira
(Vogal)

Júlio Manuel da Rocha Cabral
(Vogal)

Fundação Luso

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2016

Balanço

Fundação Luso

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2016	Datas 31-12-2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Propriedades de investimento	5	221.364,00	225.137,25
Subtotal		221.364,00	225.137,25
Ativo corrente			
Caixa e depósitos bancários	7.1	110.650,44	93.116,05
Subtotal		110.650,44	93.116,05
Total do Ativo		**332.014,44**	**318.253,30**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	7.2	25.000,00	25.000,00
Resultados transitados	7.2	41.029,75	28.205,28
Outras variações nos fundos patrimoniais	7.2	251.550,00	251.550,00
Resultado Líquido do período		12.762,24	12.824,47
Total do fundo do capital		330.341,99	317.579,75
Passivo			
Passivo corrente			
Estado e outros Entes Públicos	7.3	1.672,45	423,55
Outras contas a pagar	7.4	-	250,00
Subtotal		1.672,45	673,55
Total do passivo		1.672,45	673,55
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**332.014,44**	**318.253,30**

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2016.

Luso, 1 de março 2017

A CONTABILISTA CERTIFICADA

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Fundação Luso

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Subsídios, doações e legados à exploração	7.5	48.000,00	40.000,00
Fornecimentos e serviços externos	7.6	(9.580,72)	(5.998,05)
Outros rendimentos e ganhos	7.7	15.271,34	11.760,00
Outros gastos e perdas	7.8	(35.482,68)	(28.740,68)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		18.207,94	17.021,27
(Gastos) reversões de depreciação e de amortização		(3.773,25)	(3.773,25)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14.434,69	13.248,02
Resultados antes de impostos		14.434,69	13.248,02
Imposto sobre o rendimento do período	6	(1.672,45)	(423,55)
Resultado líquido do período		**12.762,24**	**12.824,47**

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por natureza do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Luso, 1 de março 2017

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Sandra Mendes

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Rocha Cabral

João António de Almeida Frias Teixeira

Demonstração dos Resultados por Funções

Fundação Luso

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Atividade A	Atividade B	.....	PERÍODOS 2016	PERÍODOS 2015
Vendas e serviços prestados					-	-
Custo das vendas e dos serviços prestados					-	-
Resultado bruto					-	-
Outros rendimentos		12.010,00	51.261,34		63.271,34	51.760,00
Gastos de distribuição					-	-
Gastos administrativos					-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento					-	-
Outros gastos		(4.045,93)	(44.790,72)		(48.836,65)	(38.511,98)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.964,07	6.470,62		14.434,69	13.248,02
Gastos de financiamento (líquidos)					-	-
Resultados antes de impostos		7.964,07	6.470,62		14.434,69	13.248,02
Imposto sobre o rendimento do período		(1.672,45)			(1.672,45)	(423,55)
Resultado líquido do período		**6.291,62**	**6.470,62**		**12.762,24**	**12.824,47**

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por funções do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Luso, 1 de março 2017

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Sandra Mendes

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

José António de Almeida Frias Teixeira

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Fundação Luso

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1		25.000,00	19.207,38	251.550,00	8.997,90	304.755,28	304.755,28
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
	2		-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					12.824,47	12.824,47	12.824,47
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			8.997,90		12.824,47	12.824,47	12.824,47
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados				8.997,90		(8.997,90)		
	5		-	8.997,90	-	(8.997,90)	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015	6=1+5		**25.000,00**	**28.205,28**	**251.550,00**	**12.824,47**	**317.579,75**	**317.579,75**

Luso, 1 de março 2017

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Sandra Mendes

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

José Manuel Rocha Casimiro

José António de Almeida Frias Teixeira

Fundação Luso

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6		25.000,00	28.205,28	251.550,00	12.824,47	317.579,75	317.579,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
	7		-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					12.762,24	12.762,24	12.762,24
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					12.762,24	12.762,24	12.762,24
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Aplicação de resultados				12.824,47		(12.824,47)		-
	10		-	12.824,47	-	(12.824,47)	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	11= 6+10		**25.000,00**	**41.029,75**	**251.550,00**	**12.762,24**	**330.341,99**	**330.341,99**

Luso, 1 de março 2017

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Sandra Mendes

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Moreira Cabral

João Antônio de Almeida Frias Teixeira

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fundação Luso

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		59.760,00	52.010,00
Pagamentos de apoios		(35.210,00)	(28.740,68)
Pagamento a fornecedores		(8.425,50)	(1.588,91)
Caixa gerada pelas operações		16.124,50	21.680,41
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(423,54)	(620,38)
Outros recebimentos/pagamentos		1.833,43	(3.087,00)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		17.534,39	17.973,03
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-	-
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		17.534,39	17.973,03
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.1	93.116,05	75.143,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7.1	**110.650,44**	**93.116,05**

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Luso, 1 de março 2017

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Sandra Mendes

O CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Anexo

1. Identificação da Entidade

A "Fundação Luso" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Fundação ", com sede na Rua Emídio Navarro, nº 156 – Luso, e tem por fim contribuir para o progresso do conhecimento e da informação relacionados com a água e a saúde humana, para a preservação do património hídrico e natural do Luso, bem como para o desenvolvimento sustentável da comunidade desta região. A atividade da Fundação Luso deve ser orientada para o benefício de todos os portugueses e especialmente das gerações futuras.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais".

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, vertidas no Decreto-Lei nº 158/2009, e republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) :

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e que existe, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas *"Devedores e credores por acréscimos"* e *"Diferimentos"*.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As *"Propriedades de Investimento"* são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica *"Aumentos/reduções de justo valor"*, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica *"Propriedades de investimento em desenvolvimento"* até à conclusão da construção ou promoção do ativo.
Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como *"Variação de valor das propriedades de investimento"*, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.2 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

<u>Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros</u>

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os *"Clientes"* e as *"Outras contas a receber"* encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As *"Perdas por Imparidade"* são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.
Os Ativos e Passivos Financeiros são desconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica *"Caixa e depósitos bancários"* incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em *"Fornecedores"* e *"Outras contas a pagar"* são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3 Fundos Patrimoniais

A rubrica *"Fundos"* constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os *"Fundos Patrimoniais"* são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Propriedades de investimento

5.1- Divulgação sobre as propriedades de investimento:

a) As propriedades de investimento encontram-se ao custo:

31 de dezembro de 2016

	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	62.887,50	-	-	-	-	62.887,50
Edifícios e outras construções	188.662,50	-	-	-	-	188.662,50
Total	**251.550,00**	-	-	-	-	**251.550,00**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	26.412,75	3.773,25	-	-	-	30.186,00
Total	**26.412,75**	**3.773,25**	-	-	-	**30.186,00**

31 de dezembro de 2015

	Saldo em 01-jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-2015
Custo						
Terrenos e recursos naturais	62.887,50	-	-	-	-	62.887,50
Edifícios e outras construções	188.662,50	-	-	-	-	188.662,50
Total	**251.550,00**	-	-	-	-	**251.550,00**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	22.639,50	3.773,25	-	-	-	26.412,75
Total	**22.639,50**	**3.773,25**	-	-	-	**26.412,75**

a) Para a depreciação dos ativos foi usado o método das quotas constantes.
b) A vida útil das mesmas tem por base o Decreto Regulamentar nº 25/2009, pelo método das quotas constantes.
c) As rendas provenientes das propriedades de investimento 12 010€.
d) O valor patrimonial Tributário (VPT) determinado em 2013 é de 90 894€.

6. Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 1.672,45€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Imposto sobre o Rendimento

Descrição	2016	2015
IRC Liquidado	1.672,45	423,55
Total	**1.672,45**	**423,55**

7. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

7.1.Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de *"Caixa e Depósitos Bancários"*, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Depósitos à ordem	110.650,44	93.116,05
Total	**110.650,44**	**93.116,05**

7.2. Fundos Patrimoniais

Nos *"Fundos Patrimoniais"* ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2016
Fundos	25.000,00	-	-	**25.000,00**
Resultados transitados	28.205,28	12.824,47	-	**41.029,75**
Outras variações nos fundos patrimoniais	251.550,00	-	-	**251.550,00**
Total	**304.755,28**	**12.824,47**	-	**317.579,75**

7.3. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de *"Estado e outros Entes Públicos"* está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	1.672,45	423,55
Total	**1.672,45**	**423,55**

7.4. Outras Contas a Pagar

A rubrica *"Outras contas a pagar"* desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros credores	-	-	-	**250,00**
Total	-	-	-	**250,00**

7.5. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Doações	48.000,00	40.000,00
Total	**48.000,00**	**40.000,00**

O valor referente a doações que engloba uma verba de 48.000,00€ referentes ao donativo da Sociedade da Água de Luso, S.A..

7.6. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados	8.920,45	4.528,65
Materiais	-	996,00
Deslocações, estadas e transportes	-	436,50
Serviços diversos	660,27	36,90
Total	**9.580,72**	**5.998,05**

7.7. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "*Outros rendimentos e ganhos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	12.010,00	11.760,00
Outros rendimentos e ganhos	3.261,34	0,00
Total	**15.271,34**	**11.760,00**

7.8. Outros gastos e perdas

A rubrica de "*Outros gastos e perdas*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	272,68	370,68
Outros Gastos e Perdas	35.210,00	28.370,00
Total	**35.482,68**	**28.740,68**

Para o período de 2016, os "Outros gastos e perdas" foram os seguintes:

Donativos	2016
Quercus	10.000,00
Fundaçao Mata do Bucaço	2.000,00
Associação Académica de Coimbra	510,00
Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Maria de Belém	700,00
Fundação Inês de Castro	500,00
Aquacristalina	500,00
Total	**14.210,00**

Prémio Ideias Verdes	2.016,00
Associação Bandeira Azul da Europa	13.000,00
Total	**13.000,00**

Prémio Empreendorismo	2016
Clube Lusoclássicos	1.500,00
Rosa Biscoito	3.500,00
Total	**5.000,00**

Prémio Saber Viver	2016
Maria José Araújo Ferreira Santos Novais	1.500,00
José Paulo Ventura Própsero	1.500,00
Total	**3.000,00**

7.9. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

8. Outras informações

8.1- Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social em 31 de dezembro de 2016.

8.2- O fundo patrimonial da Fundação é constituído por 25.000 euros de Capital e 251.550 euros de Doação em espécie (Prédio Urbano).

8.3- Não existiram remunerações atribuídas a quaisquer membros dos órgãos sociais ou outros.

Luso, 01 de março de 2017

A Contabilista Certificada

O Conselho de Administração

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Acionistas da
Fundação Luso

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Fundação Luso ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016, que evidenciam um total de ativo de 332.014 Euros e fundos patrimoniais de 330.342 Euros, incluindo um resultado líquido do período findo naquela data de 12.762 Euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2016 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 7 de setembro de 2017

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

Paulo José Marques Amaral Azevedo Pinto